

UNICEF e Instituto Promundo

CADERNO 4

PIA PRIMEIRA
INFÂNCIA
ANTIRRACISTA

Primeiras infâncias negras e a Assistência Social





PIA

Primeira
Infância
Antirracista

Caderno 4: Primeiras infâncias e Assistência Social

Realização



Parceria Institucional



Parceria Estratégica



Apoio



Ficha técnica

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Representante do UNICEF no Brasil

Youssef Abdel-Jelil

Representante Adjunta para programas

Paola Babos

Oficial de Primeira Infância

Maíra Souza

Consultora de Educação Infantil

Carol Velho

Instituto Promundo

Diretor Executivo

Miguel Fontes

Diretor Adjunto

Luciano Ramos

Consultora Internacional de Programas

Luiza Tanuri

Consultor de Pesquisa e Monitoramento

Rodrigo Laro

Comunicação

Bruna Martins

Oficina de cocriação

Este material foi elaborado a partir de escutas com especialistas sobre primeira infância em oficina de cocriação realizada em outubro de 2022. Participaram da oficina da área de Assistência Social:

Andréia Lisboa, Anelise Timm, Carol Velho, Claudett Ribeiro, Élvia Cristina, Everton Rangel, Hannah de Vasconcellos, Lindinalva Barbosa, Luciano Ramos, Luiza Tanuri, Maíra Souza, Tiacuã Fazendeiro

Editorial

Coordenação editorial

Luciano Ramos e Maira Souza

Produção de conteúdo

Luciano Ramos, Maira Souza, Priscila Pereira e Stalone Abrantes

Revisão de conteúdo

Carol Velho, Luciano Ramos e Maira Souza

Revisão de texto e copidesque

Sabrina Tavares

Planejamento editorial

Breno Loeser e Gabriel Paiva

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Gabriel Paiva

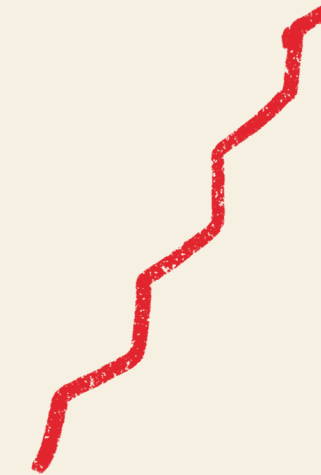
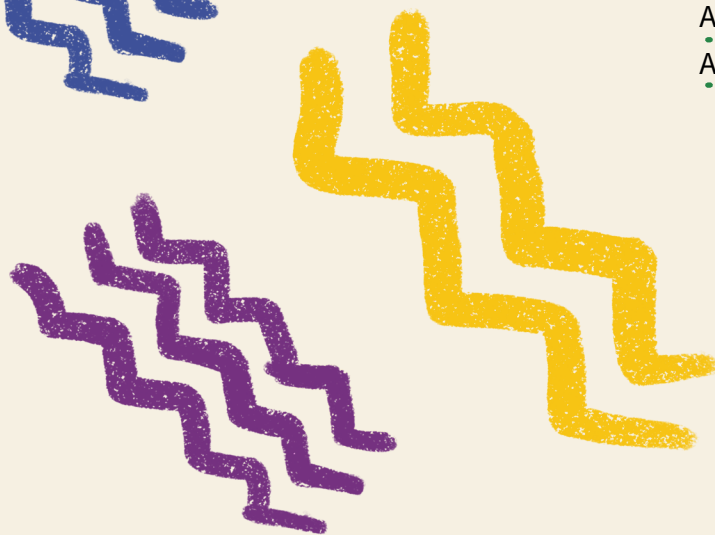
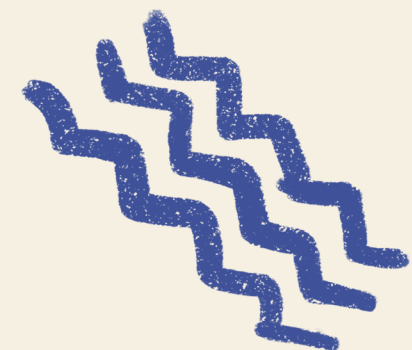
Ilustrações e capa

Breno Loeser



Índice

Para abrir o bate-papo	05
O que entendemos como Primeira Infância?	05
O que é o Projeto PIA - Primeira Infância Antirracista?	07
Como esse material foi elaborado?	07
De onde partimos para esta conversa?	08
Identidades	08
Branquitude	10
Racismo estrutural, sistêmico e institucional	12
Vieses Inconscientes do racismo	14
Sobre as violências nas Primeiras Infâncias Negras e a Assistência Social no Brasil	17
O racismo e a pobreza extrema no Brasil	19
O reconhecimento das potências das famílias negras no processo de desenvolvimento infantil	23
A importância do letramento racial na prática profissional	26
Abordagens antirracistas em Programas de Primeira Infância	29



Para abrir o bate-papo...

O que entendemos como Primeira Infância?

A primeira infância, período que vai da concepção até os 6 anos de idade, é considerada uma janela de oportunidades crucial para a saúde, aprendizado, desenvolvimento e bem-estar social e emocional das crianças. Diversos estudos científicos têm demonstrado que as primeiras experiências vividas na infância, bem como intervenções e serviços de qualidade ofertados neste período, estabelecem a base do desenvolvimento. Ou seja, o que acontece nos primeiros anos de vida é fundamental para o desenvolvimento integral de meninas e meninos, de modo que é preciso que haja investimentos nesta fase para que estes impactos sejam positivos para toda a sociedade. O pleno desenvolvimento da criança só pode ser alcançado com a oferta do cuidado integral, ou seja, com intervenções integradas que ofereçam cuidado responsivo, segurança, proteção contra violências e oportunidades de aprendizado. Para isso, os pais ou cuidadores devem exercer a parentalidade positiva, e os profissionais das redes de saúde, educação e assistência social também devem garantir um atendimento qualificado que leve em consideração as especificidades étnico-raciais das crianças e suas famílias, apoiando-as nesta estruturação das bases do desenvolvimento pleno.

É ainda na primeira infância que as crianças negras e indígenas vivenciam, pela primeira vez, alguma experiência de racismo — uma forma cruel de violência que tem impactos significativos a curto, médio e longo prazo. De acordo com o *Center on the Developing Child*¹, o racismo é considerado uma “experiência adversa na infância”, ou seja, trata-se de uma violação de direitos promotora de estresse tóxico, medos e traumas. Isto porque uma vez que o racismo estigmatiza e hierarquiza as diferenças entre as crianças, impacta diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, como a construção da autoestima, a capacidade de sociabilização, a percepção de si e a saúde física e mental. Diversos pesquisadores² já comprovaram que, ainda que invisibilizada e silenciosa, a discriminação racial está presente no cotidiano das crianças brasileiras, seja por meio das diferenças de tratamento, práticas, vieses e comportamentos discriminatórios nos serviços oferecidos por profissionais durante o atendimento às crianças e suas famílias, além das possíveis interações com outras crianças e adultos que podem deixar marcas para toda vida.



1) “How Racism Can Affect Child Development”, CDC (2019)

2) Síntese de estudos qualitativos disponíveis em: “Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância” [livro eletrônico], Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2021).



IMPACTOS DO RACISMO

Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?



3) Disponível em https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf

Fonte: Inspirado no quadro "Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?", presente no Caderno "Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância", do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI)³

O que é o Projeto PIA – Primeira Infância Antirracista?

Para garantir o pleno desenvolvimento de crianças em suas potencialidades, o racismo estrutural e institucional precisa ser enfrentado por toda a sociedade em um pacto coletivo: saúde, educação, assistência social, famílias e a sociedade como um todo, reconhecendo o problema e implementando práticas **antirracistas**.

Antirracismo é o conjunto de ações que tem como objetivo enfrentar o racismo vigente presente em todas as estruturas de nossa sociedade. Essa luta não diz respeito, exclusivamente, ao povo negro, mas interessa, cada vez mais, à sociedade como um todo.

Neste sentido, o Projeto PIA – Primeira Infância Antirracista, iniciativa do UNICEF Brasil em parceria com o Instituto Promundo, tem o objetivo de apoiar a construção de materiais informativos que atuem no sentido de propor a implementação destas práticas nos diferentes serviços de atendimento às gestantes, crianças negras e indígenas entre 0 e 6 anos, além de suas famílias.

O objetivo é chamar a atenção de profissionais brasileiros da educação, assistência social e saúde sobre os impactos do racismo no desenvolvimento infantil, além

de garantir, de fato, um atendimento qualificado e humanizado, que leve em consideração as especificidades étnico-raciais das crianças e suas famílias, apoiando pais ou cuidadores a exercer uma parentalidade positiva e estruturante das bases do desenvolvimento infantil.

Como esse material foi elaborado?

Para pensar a criação destes materiais, foram convidados especialistas das áreas setoriais e representantes de organizações que atuam na pauta da primeira infância e na garantia dos direitos das populações negras e indígenas.

Em oficinas de **cocriação** realizadas em outubro de 2022, estes especialistas foram divididos em blocos temáticos para sugerir conteúdos, com espaço dedicado à escuta das múltiplas visões. Desta maneira, os encontros trouxeram reflexões importantes sobre abordagens e prioridades dentro dos temas propostos.

Cocriação é um processo de criação que envolve pessoas de fora da instituição ou empresa na idealização e desenvolvimento de um projeto, com o objetivo de trazer olhares diferenciados para o conteúdo.





De onde partimos para esta conversa?

Para pensar práticas antirracistas é preciso entender, primeiramente, que este é um fenômeno estrutural presente em nossa sociedade, e silenciá-lo nos torna parte do problema. A mudança começa no reconhecimento de sua existência, na tomada de posicionamentos e na adoção de práticas cotidianas.⁴ O antirracismo é uma luta de todos nós, independentemente da cor da pele ou etnia.

Neste sentido, começamos esta caminhada refletindo sobre alguns conceitos básicos que nos ajudarão a adensar as contribuições desse caderno.

Identities

Quando você ouve ou lê a palavra identidade o que te vem à cabeça? Quais são as referências que você tem?

Podemos definir a identidade como um arcabouço que agrega raça, gênero, classe, territorialidade e etnia, contribuindo para a forma que o indivíduo se apresenta socialmente. Ou seja, através dos traços citados acima nos tornamos sujeitos históricos e organizamos a forma com que nos relacionamos socialmente. Quando tratamos de raça, falamos sobre construções baseadas em parâmetros ideoló-

gicos, históricos e de hierarquização social. Por este motivo, estes marcadores identitários atravessam os corpos e as vivências dos sujeitos ao longo da vida e serão percebidos de distintas formas, mas, sobretudo, são importantes para pensarmos abordagens antirracistas e atendimentos mais humanizados.

Historicamente, quando olhamos os registros da humanidade, a categoria de raça foi posta desde sempre como tentativa de definir a origem das civilizações humanas, buscando afirmações científicas as atribuições de valor que trazem marcas de superioridade e de inferioridade, onde à pessoa negra, até aqui, couberam as marcas de inferioridade. Neste sentido, os espaços formais de educação foram utilizados como bases importantes para a manutenção destas crenças, fundamentadas na **hierarquização**, que define, por exemplo, os padrões de beleza a partir da racialização: historicamente, torna tudo o que pertence ao povo negro como algo feio, inferior — como a cor da pele, o cabelo, os traços físicos, a cultura, entre outros elementos. A forma com que a história da chegada dos povos africanos ao Brasil foi e ainda é contada nas escolas — com insinuações a uma certa aceitação ou pouca resistência ao sistema escravocrata — é um exemplo destas marcas de inferioridade.

⁴ “Racismo estrutural”, de Silvio de Almeida. Disponível em https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf

Hierarquização é a organização através de categorias, atribuindo diferente relevância e valor às pessoas ou objetos envolvidos. Ela envolve sempre uma categorização que vai de baixo para cima, em que as posições que se encontram mais abaixo da escala são consideradas menos importantes ou valorizadas.

O antropólogo congolês Kabengele Munanga aponta que “é através da educação que a herança de um povo é legada às gerações futuras e inscritas na história”.⁵ Se a identidade se constitui por aspectos sociais organizados na história e alimentados na memória, a construção de memória positiva soa como elemento urgente para que se estabeleçam novas relações identitárias, que correspondam aos valores culturais, sociais e intelectuais que foram negados e desconstruídos ao longo da história e, assim, contar com outras narrativas que protagonizam a história dos que, até então, foram inferiorizados.

O ideal de identidade, ao longo de séculos, é branco e europeu, submetendo, a partir do processo colonizador, tudo o que não se assemelhe a ele. Quando fazemos o recorte geográfico para o território brasileiro, a “Carta do descobrimento” de Pero Vaz de Caminha, primeiro registro da chegada ao Brasil, já aponta os que aqui viviam de forma “exótica”:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.”⁶

Apesar de se tratar de uma terra já existente e habitada, e que já era povoada por diferentes etnias indígenas com seus costumes, crenças, culturas e práticas, as referências europeias eram para Caminha a medida de todas as coisas.

Na publicação “Educação infantil, igualdade racial e diversidade”⁷, Cida Bento aponta que as crianças, desde muito pequenas, estão atentas ao que é socialmente valorizado ou desvalorizado, reconhecendo as características físicas visíveis que são bem aceitas ou não. De forma que as crianças brancas, desde muito cedo, estão confortáveis em suas peles, ou seja, elas não apresentam o desejo de ter outro cabelo, outro nariz, outra cor, e declaram-se com muita frequência como *bonitas*, enquanto as crianças negras são colocadas no lugar de crianças *feias*.

Já as crianças negras estão constantemente desconfortáveis em suas condições raciais, porém raramente combatem ou reagem a colocação de que pessoas pretas são feias. Essas relações acontecem e se reproduzem muitas vezes nas brincadeiras, na

5) “Negritude: Usos e sentidos”, de Kabengele Munanga. Disponível em <https://doceru.com/doc/n1c580n>

6) “Carta do descobrimento”, de Pero Vaz de Caminha. Disponível em http://objdigital.bn.br/Arquivo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf

7) “Educação infantil, igualdade racial e diversidade”, de Maria Aparecida Silva Bento. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf





leitura de histórias infantis pautadas na herança literária e reforço dos padrões europeus de beleza, bem como na reprodução dessas dinâmicas nos brinquedos, nos personagens infantis, e nas brincadeiras de “faz de conta”.

Essas interpretações também vão se aplicando em outros campos, como, por exemplo, no afeto recebido, no acolhimento ou nas formas que as demandas trazidas pelas crianças são tratadas pelos adultos que lidam com elas cotidianamente. Este fator influencia na construção da identidade das crianças negras criando a ideia de hierarquia, onde estas ocupam e sempre ocuparão a base da pirâmide.

Branquitude

A população negra, indígena e outros grupos étnicos não brancos sempre foram “objetos de estudos” dos brancos. Estudar o outro ocupa certa “zona de conforto”, um lugar de superioridade, quando não feito a partir do exercício de alteridade, ética e cuidado. Você já ouviu falar sobre o termo branquitude? Sabe o que ele significa?

Historicamente, ser branco é ser universal: o mundo foi moldado a partir dos brancos para os brancos, sem carecer de explicação para o que é ser branco, já que tudo partia deste lugar. A história da arte, por exemplo,

condicionou os nossos olhares a visualizarem imagens brancas, o nosso cotidiano é cercado por modelos brancos. Dessa forma, normaliza-se a hierarquia, naturaliza-se o fato de brancos ocuparem lugares superiores, financeiramente, em relação aos negros e indígenas. Essa desigualdade, por exemplo, é dada como se fosse algo natural, quando, na verdade, foi construída por meio de violências e opressões, com base no racismo. Essa é a construção da superioridade branca, a partir da escravização de pessoas negras.

Quando a gente discute sobre racismo e os brancos dizem, por exemplo, que não têm “lugar de fala”, essa é uma forma confortável de manter a prática racista. Dessa maneira, os brancos têm um lugar extremamente importante. Eles podem, por exemplo, discutir com outros brancos sobre branquitude e seu legado de segregação racial. Dos doze milhões de negros sequestrados dos países do Continente Africano, dez milhões chegaram aos países onde foram escravizados e 4,8 milhões chegaram no Brasil. Assim, o país teve o maior número de negros escravizados, espalhados em todo o território brasileiro.

Vale salientar que o Brasil foi o último país escravagista a abolir a escravidão e a fez com uma lei que não previa a inclusão social de negros: a “liberdade” foi concedida, mas sem dinheiro, emprego, moradia ou

qualquer tipo de planejamento que os permitissem construir uma vida digna e de oportunidades. Tal fato vulnerabiliza e marginaliza os negros em detrimento dos privilégios fortalecidos da população branca até os dias atuais. Ao longo deste caminho, os saberes, as produções e os conhecimentos das pessoas negras foram, em muitas situações, paternalizados pelas pessoas brancas. Um exemplo é o “embranquecimento” em ilustrações de algumas figuras negras de crucial importância em diferentes campos do saber, como Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga, Nilo Peçanha e até Jesus Cristo.

Quantas vezes você ouviu uma pessoa branca dizer que não tem “culpa” de ter nascido branca e, por isso, não reconhece os privilégios a que ela tem acesso cotidianamente? Entretanto, a realidade nos mostra que estes **privilégios** estão presentes em diferentes espaços: na presença majoritária de pessoas brancas nas universidades públicas (mesmo com o advento das cotas raciais), na maior concentração de população de alta renda, nos maiores índices de representantes nas instâncias de poder no Brasil, etc.

Privilégio é a vantagem ou direito atribuído a uma pessoa ou a um grupo de pessoas em detrimento dos demais.

Estas condições mostram como se dá a manutenção de privilégios pela população branca, por mais que muitos tentem justificar tais conquistas como meritocracia. Entretanto, em uma sociedade tão desigual como a brasileira, é impossível afirmar que todos os indivíduos têm condições de prosperar somente por seus méritos ou capacidades. As condições sociais, econômicas e psicológicas são fundantes, e reconhecer-se como uma pessoa privilegiada é um passo importante para tornar-se aliada na luta antirracista.



Fonte: <https://twitter.com/gzhdigital/status/1284072855026585601>

Falar sobre racismo é coisa de branco! Essa frase pode parecer dura, mas se foram os antepassados brancos que criaram a escravização de negros e o racismo — que se mantém ao longo da história, se modernizando de diversas formas — é papel dos





brancos atuar junto a outros brancos para entender como esse fenômeno se dá na prática e implementar práticas de enfrentamento a esta realidade.

Racismo estrutural, sistêmico e institucional

O racismo está baseado em um conjunto de práticas em que uma raça e/ou etnia, ocupando uma posição socialmente privilegiada, age sobre a outra de forma opressora e desfavorável. Esta ação utiliza a violência direta ou indireta, exaltando a sua própria raça ou etnia para diminuir as demais. É importante ressaltar que nem sempre o racismo é uma ação verbalizada, explícita, consciente ou de embate direto: por vezes ocorre inconscientemente ou de forma silenciosa, refletido em pequenas exclusões, comentários depreciativos e até gestos corporais.

► Racismo Estrutural

No dicionário, o conceito da palavra “estrutura” se refere “àquilo que dá sustentação a alguma coisa”; “armação”; “arcabouço”. Na prática, se retiramos a estrutura de algo, o que está construído sobre a estrutura desmorona. Esta referência simbólica é importante para que entendamos a força que o racismo possui na sociedade. Logo, o racismo é estrutural, uma vez em que ele atua como um fenômeno conjuntural, atuando em distintos espaços de poder, seja na esfera

pública ou na privada, que orientam e sustentam a nossa sociedade. Alguns dados nos ajudam a materializar como o racismo estrutural se apresenta no Brasil:

- Segundo o PNAD⁸ de 2019, pretos e pardos (que somados, correspondem à categoria de negros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) são a maioria da população com rendimentos econômicos mais baixos no Brasil, consequentemente em maiores situações de vulnerabilidade;
- Crianças pretas, pardas e indígenas frequentam menos a pré-escola, elas são 91,9%, enquanto as crianças brancas e amarelas são 93,5%⁹;
- 71,7% dos jovens brasileiros fora da escola são negros, e apenas 27,3% são brancos. Em 2019, 3,6% das pessoas brancas com mais de 15 anos eram analfabetas, enquanto as pessoas negras eram 8,9%;
- Mulheres negras são as maiores vítimas de violência obstétrica no Brasil, de acordo com o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 e, dos 657,8 mil presos no Brasil, 438,7 mil ou 66,7% eram negros¹⁰;
- Um estudo elaborado e publicado em 2020 pelo INSPER, denominado “Diferenciais Salariais por Raça, Gênero para Formados em Escolas Públicas ou Privadas” aponta que o homem branco, no Brasil, tem um salário médio 159% maior do que a mulher negra;

8) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, disponível em <https://static.poder360.com.br/2020/02/pnad-continua-4t2019.pdf>

9) Painel “Desigualdades na garantia do direito à pré-escola”, disponível em <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/desigualdades-direito-preescola/>

10) Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, disponível em https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf

- Segundo o Mapa da Violência de 2016¹¹, a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil.

Os dados acima nos ajudam a entender que o racismo ocupa as estruturas da sociedade, buscando naturalizar o que não é natural, mas construído socialmente. Para a escritora Cida Bento¹², a ideia de **supremacia** enraizada na branquitude perpetua uma relação de dominação de um grupo sobre outro, seja na política, na cultura, na economia, assegurando privilégios para uns e, no caso de negros e/ou indígenas, péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte.

Supremacia é uma superioridade completa e que não se pode contestar. No caso da supremacia ligada à branquitude, trata-se de uma forma de racismo centrada na ideia de que as pessoas de raça branca são superiores às pessoas de outras origens raciais e que, portanto, devem governar politicamente, economicamente e socialmente os demais.

► Racismo Sistêmico

O racismo não é apenas uma ação individual. Desta forma, ele precisa ser visto como um conjunto de ações que se alimentam e se retroalimentam, precisando, assim, ser compreendido como uma visão sistêmica. Desta forma, quando pensamos no racismo

é necessário pensar em sistemas racializados, ou seja, todo um conjunto de instituições, grupos e serviços que normalizam o racismo e colaboram para a manutenção dessa dinâmica social.

A mídia, o sistema educacional, as instituições legais são responsáveis por oferecer a ideologia necessária para a naturalização dessas práticas. É isso que dará o tom da manifestação do racismo, podendo se apresentar de maneira velada ou explícita: pela falta de representação de pessoas negras nas universidades, em cargos de lideranças ou gestão em empresas, no mercado formal de trabalho com salários mais elevados, em cargos políticos (executivo e/ou legislativo), assim como em outros cargos importantes. Como citado acima, 71,7% dos alunos que evadem das escolas no Brasil são negros, contribuindo para a ausência de pessoas negras nos espaços citados anteriormente, organizando a manutenção da pobreza, da extrema pobreza e, até mesmo, da miséria a que estas populações estão submetidas, intergeracionalmente.

► Racismo Institucional

Após aprofundar o entendimento sobre racismo estrutural e sistêmico, você pode estar se perguntando como ele se manifesta por meio de estruturas e instituições: aqui é que se encontra o racismo institucional. O racismo institucional se aplica no



11) Mapa da violência 2016, disponível em https://biblioteca.flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf

12) “O Pacto da Branquitude”, de Cida Bento. Companhia das Letras, 2022.



interior das organizações e instituições, por meio de desigualdades manifestadas conscientes ou inconscientemente e que definirão a forma como pessoas negras serão tratadas, acolhidas ou não acolhidas, atendidas ou não atendidas. Desta forma, são os comportamentos, as práticas e as normas baseados em discriminações raciais de profissionais que representam estas instituições em suas dinâmicas cotidianas de trabalho. De forma direta, quando uma criança negra não é acolhida no ambiente educacional por ser negra, ou quando um menino negro é seguido por seguranças em espaços comerciais por ser negro, por exemplo.

Vieses inconscientes do racismo

Você já parou para pensar que, em muitas situações, as atitudes e os pensamentos que temos são guiados por padrões mentais automáticos e não por julgamentos baseados na racionalidade? A forma como nos relacionamos com as outras pessoas em diferentes âmbitos e espaços podem estar intimamente ligadas aos chamados vieses inconscientes: práticas discriminatórias baseadas em gênero, raça, orientação sexual e classe; atitudes preconceituosas; e a exclusão de grupos socialmente vulnerabilizados.

Os vieses inconscientes são conjuntos de associações elaborados desde a primeira infância, através das vivências e aprendizados baseados na cultura e ambiente, que influenciam na forma em que o indivíduo percebe, interpreta e age, a partir dos estereótipos, em relação às outras pessoas. Eles se apresentam como pensamentos tendenciosos no cotidiano sobre um determinado grupo de pessoas, que acabam por nos levar a decisões ou comportamentos estigmatizantes e prejudiciais. Por mais que tentemos, muitas vezes, negá-los, ou assumir a ideia do “sem querer”, todos nós apresentamos vieses inconscientes e, para enfrentar estas práticas, é preciso reconhecer a sua existência e tentar mudar estas tendências comportamentais.

Na prática eles se organizam da seguinte forma: o nosso cérebro funciona reconhecendo padrões que, teoricamente, nos ajudam a entender as situações cotidianas e o mundo a nossa volta de fácil leitura nas situações diárias. Esta leitura cognitiva se organiza em torno de dois subsistemas diferentes que atuam de forma complementar, conforme a imagem abaixo:

Sistema 1

- Reage
- Julga
- Opina
- Simplifica



Sistema 2

- Considera
- Auxilia
- Justifica
- Analisa as opções



Fonte: Inspirado em um quadro retirado do site <https://rbtcss.medium.com/https-medium-com-rbtcss-vies-inconsciente-nas-interfaces-conversacionais-608c247b05af>

O sistema 1 está ligado ao inconsciente e atua de maneira muito rápida. Entretanto, o funcionamento deste sistema pode ser controlado pelo sistema 2,

que racionaliza, pondera e reconsidera uma possível ação impulsiva dos vieses inconscientes presentes no nosso cérebro. Estes vieses afetam, sobretudo, a possibilidade da diversidade em todos os espaços, uma vez que eles atuam a partir da homogeneidade, na perspectiva de padronizar. Com isso, quanto maior





for o controle exercido pelo sistema 2, melhor será a qualidade de tomada de decisões do indivíduo¹³.

Os vieses inconscientes se organizam em vários tipos e alguns deles têm grande potencial para influenciar negativamente as escolhas que fazemos, especialmente na forma que lidamos com outras pessoas. São eles:

1) Viés de afinidade: a tendência de avaliar melhor aqueles que se parecem conosco.

Exemplo: pessoas brancas que contratam apenas outras pessoas brancas para vagas de emprego.

2) Viés de percepção: quando as pessoas acreditam e reforçam estereótipos sem bases concretas em fatos.

Exemplo: Pessoas que, sem nenhuma base científica, acreditam que crianças negras têm menos capacidade de aprendizado do que crianças brancas.

3) Viés confirmatório: disposição para procurar informações que confirmem nossas hipóteses iniciais e ignorar outras que coloquem em xeque nossas crenças.

Exemplo: Quando desconsideramos as crenças de religiões de matriz africana com base em dogmas cristãos da herança europeia.

4) Viés de auréola: propensão de, a partir de uma só informação positiva ou agradável, ser muito mais disposto a avaliar positivamente o restante das informações, mesmo que não o sejam.

Exemplo: pessoas que julgam ser desnecessárias as políticas afirmativas como as cotas universitárias para negros usando como argumento a ascensão de alguns poucos a estes espaços sem precisar acessar este direito.

5) Efeito de grupo: É a tendência de seguir o comportamento do grupo para não desviar do padrão vigente.

Exemplo: a prática de alisamento de cabelos crespos, uso de perucas lisas e raspagem de cabelos masculinos.



13) Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “Vieses inconscientes”, de PWC, Insper, Mulher 360 e Onu Mulheres. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf

Sobre as violências nas Primeiras Infâncias Negras e a Assistência Social no Brasil

A discussão sobre direitos de crianças e adolescentes no Brasil é alvo de diversas indagações que evidenciam como a nossa sociedade percebe esses indivíduos. Quando falamos de crianças brasileiras precisamos delinear que existem muitas formas de vivenciar as infâncias, e que as crianças negras precisam de uma percepção singular em torno do seu desenvolvimento.

A criança negra é perpassada por alguns elementos estruturais que muitas vezes negam sua existência e humanidade. Dizer que uma criança negra é um sujeito de direitos diz respeito às diversas legislações que em nosso território deveriam assegurar que estas sejam protegidas, cuidadas e tenham uma convivência comunitária garantida. Entretanto, o que temos percebido é justamente o contrário: crianças negras são entendidas como assujeitadas e tratadas como coisas, colocadas às margens da sociedade.

Ainda que tenhamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁴ como uma lei que rege os direitos da criança e do adolescente no Brasil (ocupando o lugar do antigo “Código de Menores”¹⁵), a sociedade

brasileira ainda trata as crianças e adolescentes negros como preconizava a legislação anterior ao ECA, ou seja, como corpos que precisam ser punidos, em constante estado de suspeição e indivíduos que precisam de controle. Por isso, não há estranhamento social ou mesmo sensibilização quando crianças negras são submetidas a situações de trabalho infantil, encontram-se em situação de rua, além de outras vulnerabilidades sociais a que estas são afetadas.

Em meados de 2015 a discussão em torno da redução da maioridade penal se aflorou no Brasil e tomou conta dos principais jornais e da mídia, polarizando a população em torno desse debate. Entretanto, a importante reflexão sobre a saúde mental de crianças negras não ganhou o mesmo espaço nas principais fontes de informação. É fundamental entender que a ideia de assujeitamento da criança negra tem relação direta com a ideia que elas são perigosas, violentas, desinteressadas, bagunceiras e, ainda, abandonadas.

Ao ser apresentada a partir dos estereótipos racistas e classistas que adjetivam suas experiências e seu modo de estar no mundo, a criança negra é redu-



14) Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

15) Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm



zida a percepções que foram cristalizadas ao longo do tempo: o “tombadinha da praia”, “a criança de cabelo ruim”, “o menino que não se comporta na sala de aula”, “o garoto que prefere jogar bola ao aprender conteúdo apresentado em sala”, entre outros estigmas que são tomados como as únicas possibilidades para essas existências. Da mesma forma, o peso punitivo dado às crianças negras em situação de vulnerabilidade ou, ainda, aos adolescentes negros em conflito com a lei é muito maior.

A construção deste olhar estereotipado que coisifica as crianças negras brasileiras é muito cruel, uma vez que as coloca socialmente como uma vida de menor importância. Uma vida que precisa de uma figura adulta para ter lugar e vez na sociedade, mas se essa figura também for negra, todas as mazelas que se fazem presentes na vida da criança passam a ser justificadas nessa pessoa. A compreensão que o racismo afeta diretamente o desenvolvimento de crianças negras é uma discussão que ainda precisa adentrar muitos espaços, a exemplo da educação, da saúde e também da assistência social.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2019 e 2021¹⁶, coletados em 12 estados federais, apontam que crianças com idade entre 5 e 14 anos correspondem a 73% das vítimas de exploração

sexual, sendo 83% correspondente às meninas, onde 51,6% são negras. Os dados revelam que meninas negras são as principais vítimas de exploração sexual e violência historicamente pouco registrada, embora isso não seja um problema recente. Vale ainda salientar que o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz¹⁷, apresentou uma pesquisa em outubro de 2022 afirmando que as desigualdades étnico-raciais interferem diretamente na mortalidade infantil no Brasil. Segundo ela, crianças negras têm 39% mais risco de morrerem antes de completarem 5 anos.

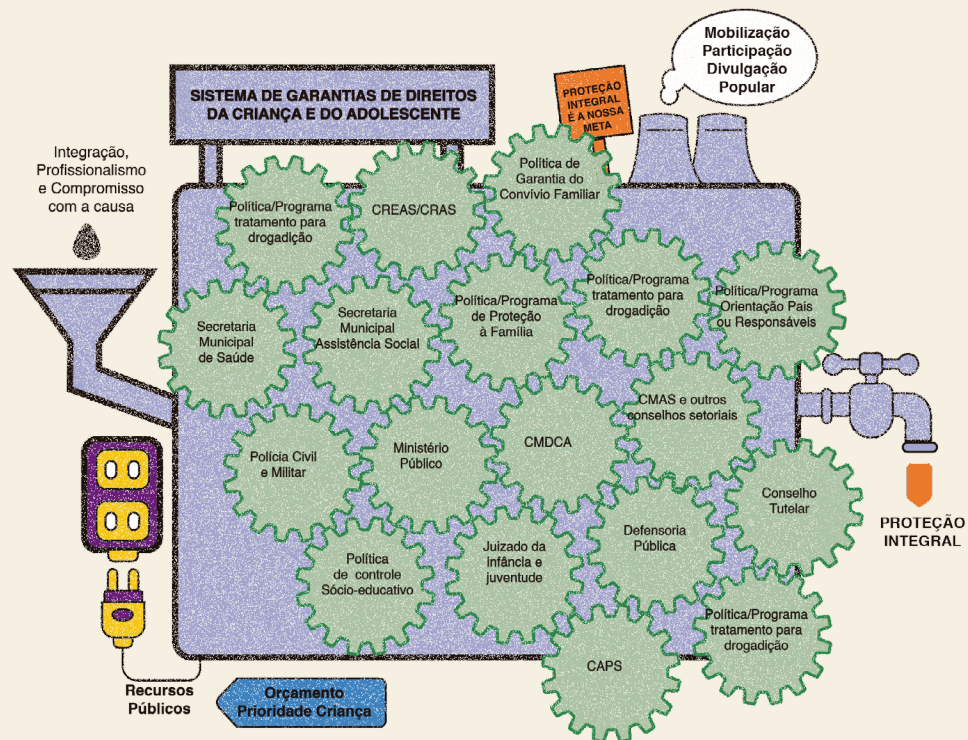
Além disso, crianças negras possuem duas vezes mais risco de morrer por má nutrição, enquanto o risco de morrer por diarreia é de 72%, já em caso de pneumonia, esse número sobe para 78% em relação às crianças brancas¹⁸. Apesar do Sistema Único de Saúde (SUS) apresentar uma Política Integral de Saúde da População Negra, os números apresentam as desigualdades entre crianças negras e brancas, e como o racismo ainda precisa ser entendido como um problema de saúde pública.

Além do mais, é urgente assegurar e fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes (SGDCA), entendendo que crianças negras são alvos

16) Disponível em https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-2019-2021/

17) “Estudo aponta para profundas desigualdades na mortalidade de crianças no Brasil”, disponível em <https://agencia.fiocruz.br/estudo-aponta-para-profundas-desigualdades-na-mortalidade-de-criancas-no-brasil>

18) Artigo “A saúde das crianças negras”. Disponível em <https://institutopensi.org.br/a-saude-das-criancas-negras/>



das principais violências vivenciadas em todo território nacional e, assim, recriar o lugar histórico dessas crianças que são destituídas de direitos e, que, portanto, precisam do máximo controle do Estado. Ao ser vítima do racismo desde os primeiros anos de vida, sendo essa uma violência que atinge diretamente a dignidade da pessoa humana, há uma urgência no asseguramento do desenvolvimento de crianças negras e, principalmente, de políticas públicas que combatam o racismo nas estruturas sociais que embasam nossa sociedade.

Fonte: Inspirado em um quadro retirado da publicação https://www.unicef.org/brazil/media/18281/file/diagnostico-rapido-do-sistema-de-garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente_crescer-com-pr

O racismo e a pobreza extrema no Brasil

A sociedade brasileira ainda é fortemente estruturada pelo racismo, o que atravessa diretamente a experiência de pobreza em todos os seus níveis. A pobreza na história brasileira é marcada por uma questão racial, tendo em vista que os mais de 300 anos de escravização gerou um impacto imensurável na vida



do povo preto e pobre. Se olharmos ou adentrarmos as periferias e favelas nas diferentes regiões, veremos que a afirmação “pobreza no Brasil tem cor” é facilmente experimentada, visto que, segundo os dados de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁹, o Brasil registrou que 12,2% da população nacional estão vivendo em extrema pobreza, com renda per capita de até 145 reais por domicílio. Os dados ainda revelam que cerca de 62,8% das pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza residem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos. Ainda é importante destacar que o número de pretos e pardos abaixo da linha de pobreza gira em torno de 37,7%, sendo praticamente o dobro da proporção de brancos que corresponde a 18,6%.

A ausência de recursos públicos e a crescente precarização das políticas públicas de assistência social, nos últimos anos, auxiliou no crescimento de pessoas vulnerabilizadas e localizadas no campo da extrema pobreza. Não raro, os jornais apresentavam as pessoas se desesperando por pedaços de ossos de carne ou algo para comer, cenas comuns que ganharam destaque no cotidiano nos anos que passaram, principalmente com a pandemia da covid-19.

O Nordeste é ainda um cenário que concentra o maior número de estados com pessoas que vivem em extrema pobreza e o estado do Maranhão

encabeça a lista, como o quinto maior estado em termos de população preta e parda. Isso nos leva a compreender que se as políticas sociais não se articularem com a questão racial ainda teremos discrepâncias sociais extensas, principalmente quando nos deparamos com a ideia de que a pobreza em nosso país tem cor, o que auxilia visualizarmos o quão cruel o racismo é para os brasileiros.

Neste sentido, o entendimento de que o racismo é um dos elementos que produz extrema pobreza é um caminho fundamental para a construção de práticas e programas que auxiliem na diminuição da pobreza e, conseqüentemente, no combate às práticas racistas. Dentre os programas nacionais que visam a diminuição da extrema pobreza e o amparo pelo Estado das pessoas mais vulneráveis desde a primeira infância temos o Programa Bolsa Família e o Programa Criança Feliz (PCF).

Criado em 2016, o PCF objetiva promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, ampliar a rede de atenção e o cuidado integral com a primeira infância e promover a intersetorialidade. Articulando intervenções com as políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos e Direitos das Crianças e dos Adolescentes, o programa funciona como um instrumento fundamental para que famílias que possuam crianças

19) “Extrema pobreza cresce quase 50% e atinge 17,9 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/02/extrema-pobreza-cresce-quase-50-e-atinge-17-9-milhoes-de-brasileiros-em-2021-diz-ibge>

com idade entre 0 e 6 anos tenham a possibilidade de desenvolverem o cognitivo, o psicológico e o social de forma integral, e este acompanhamento se dá preferencialmente por meio de visitas domiciliares. Alguns estados e cidades do Brasil possuem outros programas de desenvolvimento infantil que são reconhecidos por sua competência e eficácia, e que atuam em conjunto com o programa federal. É importante sinalizar, no entanto, que nos currículos de programas de visitas domiciliares, ainda é preciso avançar na questão de enfrentamento ao racismo como uma violência que perpassa crianças, inclusive, desde a primeira infância.²⁰

Para uma maior compreensão de como a articulação entre pobreza e raça se organizam, o conceito de interseccionalidade é uma potente ferramenta para ajudar tanto de maneira teórica como prática. O termo interseccionalidade foi apresentado de maneira sistematizada pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw²¹, no campo das leis antidiscriminação, principalmente no tocante ao combate do racismo:

Interseccionalidade é uma perspectiva de análise sociológica que leva em consideração vários planos ou eixos de vulnerabilidade — violência, desigualdade, discriminação — como gênero, raça, idade, sexualidade, classe, em que indivíduos e grupos se enquadram de forma simultânea. Com isso, permite verificar a complexidade das situações vivenciadas por indivíduos e grupos, estabelecendo melhores possibilidades de reversão do quadro.

Carla Akotirene²², mulher, negra, baiana e periférica, sinaliza que a ideia de interseccionalidade é fruto das constantes articulações dos movimentos feministas negros. Esta ferramenta constituiu um passo fundamental na luta das mulheres por garantia de direitos, pelo combate direto ao racismo, por um lugar no mundo e pelo medo que experienciam de seus filhos serem assassinados cotidianamente. É a partir de uma articulação plural que a ideia ganha força da compreensão de que as violências acontecem de maneira simultânea e não em momentos distintos, quando olhamos para uma mulher, negra, pobre, lésbica e nordestina, por exemplo. O racismo, o machismo, classismo, lesbofobia e a xenofobia são estruturas que atravessam as experiências dessa mulher e corroboram para o não desenvolvimento de pessoas que agregam esses marcadores.

20) Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visita_domiciliar_2.pdf

21) “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas”, disponível em <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeandoas-margens-interseccionalidade-políticas-de-identidade-e-violência-contramulheres-não-18324d40ad1f>

22) “Interseccionalidade”, disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-Carla_Akotirene.pdf?1599239359)





Não queremos aqui dizer que o SUAS não é importante ou crucial para as pessoas pobres, principalmente, o povo preto, mas que ainda precisamos avançar em passos largos para construir políticas públicas mais alinhadas com a realidade e, principalmente, com quem tem sido alvo direto das violências, da pobreza e da ausência do Estado de Direito. O mito da democracia racial que prevê a igualdade entre todas as pessoas independentemente de cor ou raça, contribui bastante para a percepção do Estado às situações excludentes no cotidiano dos atendimentos.

Entender a criança negra como sujeito de direito é um passo fundamental para alinhar práticas dentro do exercício profissional. É necessário observar o desenvolvimento dessas crianças a partir de referências culturais, sociais e políticas, com a compreensão de que ela é constituída por um universo representativo e imaginário bastante próprio. Precisamos levar em consideração a representatividade, o reconhecimento e a valorização dos seus traços, assim como a formulação de práticas que assegurem o bem-estar, o desenvolvimento e a valorização da negritude da criança que cresce e se constitui.



Para Conversar

Sua cidade possui algum programa próprio ou política pública voltada para o desenvolvimento infantil? Como ele atua?

Você já experimentou observar os públicos atendidos pelos serviços de assistência social por uma ótica interseccional? Como essa leitura ampliada de contexto poderia ajudar na prática do SUAS?



Para Continuar Aprendendo

- Caderno “Violências Baseadas em Gênero na Assistência Social”, disponível em: Promundo.org.

- Artigo “O Racismo no contexto da Política Pública de Assistência Social Brasileira”, disponível em: [Excelência na Gestão do SUAS](#).

- “Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância”. do Ministério da Saúde, disponível em: [Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância](#).

O reconhecimento das potências das famílias negras no processo de desenvolvimento infantil

É comum pensarmos em família como um conjunto de componentes, todos brancos e com aparência demasiadamente feliz, como nos comerciais de margarina. Contudo, se olharmos atentamente para a grande maioria das famílias cotidianas, notaremos as diversidades que as compõem: famílias compostas por pais, mães e filhos; famílias compostas por avós e netos; famílias compostas por casais homoafetivos e filhos; famílias compostas por mães solos e muitas famílias negras, sendo que estas se fazem presentes em todas as tipologias anteriores, visto que as famílias negras correspondem a mais de 54% da população nacional²³.

Mais do que reforçar um olhar estigmatizado para as famílias negras ancoradas na negligência e no abandono, é preciso compreender como essas famílias se organizam. Quando encontramos famílias não nucleadas, reconhecer que há outras formas possíveis de estabelecer afeto, cuidado e responsabilização é uma chave fundamental no acompanhamento dessas pessoas.

Apesar de parecer algo simples, há uma complexidade em estabelecer uma trajetória histórica em relação às famílias negras brasileiras. Primeiro, porque o processo de escravização ao longo da nossa coloni-

zação dizimou famílias e separou parentes de seus territórios de origem. Segundo, porque as pessoas escravizadas fugiram levando filhos, companheiras, pais e mães, ou seja, suas famílias. Ainda hoje, mesmo após anos de violação de sua existência, é a mulher negra que perpetua laços afetivos com o espaço que vive e que ainda é pouco lida de forma amorosa, mas, ao mesmo tempo, é uma referência singular de cuidado, afeto e expressões relacionadas à coragem.

É fundamental falar que as famílias negras brasileiras estão em todos os espaços da federação, mas precisamos dar especial atenção para aquelas que se fazem presentes nas favelas e periferias, nos assentamentos rurais, nos terreiros de candomblé e umbanda, nos quilombos e também em parte dos movimentos sociais. Os terreiros, por exemplo, constituem verdadeiros espaços de constituição de famílias negras, onde cada membro daquele espaço tem uma importância e uma função a ser desenvolvida. São esses locais que permitem o desenvolvimento das crianças, o pertencimento racial e cultural em relação aos povos afro-brasileiros, pois carregam em seu cerne os valores e a tradição das mais variadas etnias africanas.

23) “Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra”, disponível em <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>





Não à toa, até meados do século XX, a elite brasileira lançava um projeto de embranquecimento da população, objetivando que num período de três décadas o Brasil seria um país totalmente branco, bem como a eliminação genética, cultural e social das famílias negras brasileiras. Afirmamos que a ideia de embranquecimento foi uma política de estado entre os anos de 1890 e 1914: cerca de 1,5 milhão de europeus chegaram em São Paulo, com a maioria das passagens compradas e pagas pelo governo do Estado, enquanto pessoas e grupos negros eram criminalizados por existirem e transitarem nas ruas das cidades. É nesse mesmo período que se instala a Lei da Vadiagem²⁴, com o intuito de barrar a capoeira, o samba e tantas manifestações culturais e religiosas de pessoas negras. Infelizmente, ainda é comum escutarmos comentários como “ainda bem que nasceu clarinha”, ou ainda, “tomara que seja branquinha para não escurecer a família”, falas cotidianas que são reproduzidas por essa dimensão racista e que perpetuam a cisão racial que não reconhece as potencialidades presentes no cotidiano de famílias negras.

Ao desenvolvimento de crianças e adolescentes negras, famílias buscam inúmeras estratégias de cuidado e prevenção aos efeitos do racismo no cotidiano de seus filhos e filhas: “nunca saia sem seu documento de identificação”, “não corra na

rua”, “sempre que sair de uma loja/mercado deixe suas mãos à mostra”, “não use capuz”, entre outros conselhos que integram parte do desenvolvimento de pessoas negras. Apesar do desafio de pais e mães em educar seus filhos para lidar com o racismo ser legítimo, falas como essas só legitimam o quão o racismo ainda é um empecilho em direitos fundamentais da população negra como a liberdade de circulação, por exemplo.

Há um provérbio africano que diz: “**é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança**”, que toma a criança negra como um ser social em rede, num movimento contínuo de alteridade, com o reconhecimento da individualidade e das especificidades do outro sujeito ou de outro grupo. Como trabalhadores do SUAS e trabalhando diretamente com famílias majoritariamente negras, ter a compreensão em relação ao lugar e a importância destas famílias no asseguramento, no desenvolvimento e nos direitos da criança negra se configura um passo fundamental no olhar e na criação das ações. A criação de vínculos entre pais/cuidadores e crianças é de suma importância para prevenção de violências e desenvolvimento pleno na primeira infância, uma vez que o racismo que estas famílias enfrentam também impactam na garantia de direitos destas crianças.

24) Antiga lei do Código Penal Brasileiro de 1942 que configurava a vadiagem como crime, entendida como a falta de profissão, ofício ou meio de subsistência, domicílio, vagar pela cidade ociosamente ou exercer ocupação que atente contra a moral e os bons costumes. Considerando a falta de políticas de reparação e inserção social no fim do processo de escravidão no Brasil, bem como as estratégias de embranquecimento acima citadas, a população negra foi a mais perseguida por essa lei.

Na Proteção Básica, racializar as famílias dentro da Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é evidenciar que as famílias negras, quando vulnerabilizadas e atravessadas pelo racismo, acabam por cair no âmbito das desigualdades. Mais do que isso, proporcionar este debate é trazer o Estado como peça fundamental na transformação social e na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Falar abertamente com as crianças acerca do racismo é uma necessidade contínua nos dias atuais, tanto entre famílias negras quanto nas brancas. Quanto mais cedo famílias começarem a conversar com suas crianças, melhor. Estudos mostram que bebês percebem diferenças na cor da pele a partir dos 6 meses e, antes dos 5 anos de idade, as crianças podem mostrar sinais e comportamentos de viés racial. Existem maneiras diferentes de abordar o assunto com a criança, mas é importante sempre oferecer referências positivas que a ajudem a entender a complexidade do racismo.

As famílias negras constituem uma rica e complexa articulação dos valores ancestrais. Isso quer dizer que onde encontramos uma família negra encontramos um vasto e potente legado de um povo que festeja a criança e o velho, pois frequentemente observamos os quintais, as ruas, becos e tantos outros espaços

compostos por adultos e crianças negras, trocando experiências e construindo relações mais sólidas, ensinando e aprendendo acerca de cada momento experimentado naquela fase da vida. Para encerrar esses escritos trago um trecho de um Poema de Conceição Evaristo, onde ela diz:

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
(Poemas de recordação
e outros movimentos²⁵)*

Para conversar

Quais as expressões racistas ainda presentes em nossa sociedade quando nos referimos às crianças? Que estratégias podemos adotar para que elas não se reproduzam no atendimento às famílias e no cotidiano?

Você conhece alguma maneira de como falar sobre racismo com crianças pequenas?

25) “Poemas de recordação e outros movimentos”, de Conceição Evaristo. Editora Malê.





Para continuar aprendendo

- Artigo “Como tratar um país viciado em racismo”, disponível em: [Nexo Jornal](#).
- Artigo “Conversando com seus filhos e filhas sobre racismo”. Disponível em: [UNICEF Brasil](#).
- Artigo “O racismo também é problema das famílias não negras’, diz mãe”, disponível em: [Globoplay](#).

A importância do letramento racial na prática profissional

Os estereótipos racistas fazem parte do nosso cotidiano e estão enraizados nas relações sociais de todas as esferas da nossa sociedade. A linguagem humana nos coloca num patamar particular, principalmente por usarmos a fala e a escrita como ferramentas de comunicação como a linguagem, diferente de outros animais. A fala e a escrita são instrumentos que fazem parte do desenvolvimento do homem, portanto, atravessam a experiência de crianças, jovens, adultos e idosos. A linguagem está associada ao uso da escrita, da fala e da leitura em relação às práticas sociais. O letramento diz do uso competente da nossa língua. Não sendo apenas a ideia de ler e escrever, mas a eficácia que se faz ao se relacionar com ela.

Dentro do processo colonial que se sustenta até a atualidade, as pessoas negras tiveram o acesso negado à educação, bens e serviços, trabalho e dignidade humana. A restrição de pessoas negras ao convívio em sociedade tem relação direta com a perpetuação da ideia de que há elementos da linguagem colonial associada a determinados grupos. No Brasil há uma valorização de símbolos europeus e dos Estados Unidos (pele branca, cabelo liso, olhos claros, origem geográfica), em detrimento das populações trazidas do continente africano, perpetuando um ideal de que tudo que advém destas localidades é melhor, mais evoluído e de maior qualidade. Desse modo, é através da linguagem que são repassadas as práticas de superioridade de um grupo em detrimento de outro, o que ajuda na efetivação de padrões estéticos, sociais e culturais, assim como o próprio status de humanidade que, ao longo da história, pessoas negras foram associadas aos animais irracionais.

O letramento racial é composto por práticas e reflexões que visam aniquilar os mais variados tipos de racismo na sociedade brasileira, tendo em vista que o Brasil surge e se constitui a partir de um ideal racista. Essa expressão aparece pela primeira vez nos escritos da socióloga afro-americana France Winddance Twine²⁶e, desde então, tem sido discutida em vários

26) “Racism in a Racial Democracy: The maintenance of white supremacy in Brazil”, de Winddance Twine. Rutgers University Press, 1997

campos de atuação e conhecimento. O letramento racial é uma estratégia de trabalho para crianças e adultos que auxilia na desconstrução de ações racistas e, conseqüentemente, sua perpetuação.

A psicóloga Lia Vainer Schucman²⁷ tem discutido a expressão em território nacional e levando em consideração alguns importantes pontos:

1. É necessário racializar as pessoas brancas, principalmente, para apresentar o entendimento que branca é uma raça, para que haja a possibilidade de reconhecimento dos privilégios e os processos de colonização, que beneficiam as pessoas brancas nos mais variados campos sociais.

2. Reconhecer o racismo como um problema atual, não como algo que aconteceu no passado, mas que impacta constantemente as pessoas negras, de acordo com dados oficiais que evidenciam os altos índices de violência, vulnerabilidade e desigualdades.

3. O racismo é algo aprendido e perpassado de forma intergeracional. Uma criança, por exemplo, é ensinada a reproduzir ações e pensamentos racistas ao longo do seu desenvolvimento, isto é perceptível tanto nas relações escolares, na qual crianças negras são alvos de racismo por conta de suas características físicas, quanto no mercado de trabalho quando não se

reconhecem pessoas negras em lugares de destaque, a exemplo de médicos em serviços de saúde.

4. Nosso vocabulário é atravessado por uma gama de expressões racistas, que ainda são cotidianamente utilizadas no dia a dia. Repensar essas sentenças é um passo fundamental na construção de uma sociedade mais justa.

5. Há uma urgência na reflexão do mito da democracia racial, entender que as pessoas negras ainda não usufruem dos mesmos direitos de pessoas brancas, combatendo a concepção que ainda afirma que “mas o negro já faz isso também”, tomando experiências particulares que são fundamentais como suficientes para toda a população negra.

A partir do momento que entendemos o racismo como uma questão estrutural das relações sociais brasileiras, se torna necessária a construção de políticas que objetivam o seu enfrentamento. As políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino superior são um exemplo de práticas que têm auxiliado na reconfiguração do panorama das universidades, com mais pessoas negras acessando o campo universitário.

Dentro de outras políticas também temos observado avanços consideráveis na emergência das políticas do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional

27) Tese “Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”, de Lia Vainer Schucman. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.





de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que lança um olhar para as questões de saúde que atingem essa população. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) lançou no ano de 2018 a campanha SUAS Sem Racismo, com o objetivo de refletir sobre as consequências que a população negra sofre ao longo do tempo em termos sociais, culturais e econômicos. Além disso, a campanha tinha como finalidade mobilizar os profissionais da Assistência Social sobre a perpetuação do racismo institucional encontrado em diversas instituições públicas e privadas, além de pensar as ações na área através de uma abordagem transversal da política de promoção da igualdade racial.

As políticas no campo da Assistência Social indicam que as pessoas que compõem o público-alvo dessa política são compostas por mulheres negras, o público titular do Programa Bolsa Família aponta que 73,8% são pessoas negras, sendo 68% mulheres, corroborando com a ideia de que é o público marcado pela pobreza no país²⁸. O profissional que trabalhe no campo das políticas públicas necessita desenvolver o letramento racial em sua prática, sendo importante o reconhecimento de ações que combatam o racismo em todas as suas formas e facetas. É preciso desconstruir o mito da democracia racial na prática do atendimento, atentando para singularidades de situações e contextos desafiadores vividos por estes públicos, especialmente as mulheres.

Desenvolver uma prática antirracista é uma urgência social em todos os campos da sociedade. O profissional precisa apresentar histórias e produções negras que saiam do estigma desta população associada à escravidão ou, ainda, que apresentem mulheres e homens negros como produtores de conhecimento e protagonistas de suas próprias histórias.

Outro passo fundamental é o reconhecimento de políticas destinadas para o público negro, sejam as diversas legislações já presentes na Constituição Federal, sejam pelas Políticas de Saúde e Assistência que já incorporam as questões raciais, ou pelas práticas cotidianas construídas nas áreas periféricas do país. O profissional racialmente letrado terá, dentre muitos desafios, a efetivação de um olhar contínuo no enfrentamento do racismo e das desigualdades raciais, considerando a diversidade dos povos negros, as diferenças de pensamentos e de ideias que os constituem e a imensa trajetória que permeia cada povo nas diversas regiões do país.

Apostar em ações junto às crianças desde a primeira infância também constitui um movimento crucial na efetivação de profissionais mais sensibilizados e engajados, e também de crianças mais fortalecidas para um desenvolvimento sem racismo.

28) Cartilha “SUAS sem racismo”, disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/Folder_SUAS_.pdf

Para conversar

Como trabalhar o letramento racial dentro dos diferentes equipamentos que compõem o SUAS?

Que práticas cotidianas podem ajudar a romper o racismo institucional e oferecer um serviço atento às interseccionalidades no atendimento às crianças?



Para continuar aprendendo

- Cartilha “SUAS sem racismo”, disponível em: [SUAS sem racismo](#).

- Artigo “Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social”, disponível em: [Revista Psicologia: Ciência e Profissão](#).

Abordagens antirracistas em Programas de Primeira Infância

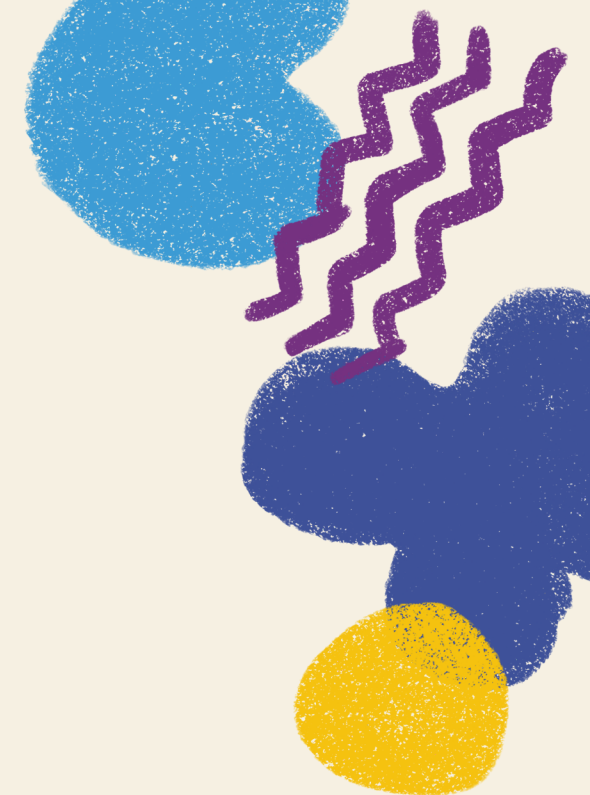
A racialização atravessa toda a experiência de vida das pessoas negras, mesmo ainda nos primeiros anos. As práticas antirracistas precisam estar bem articuladas e inseridas em espaços e instituições em que crianças e bebês negros estejam inseridos, o que inclui o SUAS. O trabalho de enfrentamento ao racismo na primeira infância deve se aproximar do conceito de acolhimento, o que significa que é necessário valorizar,

compreender e se aproximar da cultura e dos valores afro-brasileiros nas abordagens.

Ainda na gravidez, o Programa Criança Feliz, por exemplo, pressupõe o apoio à gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais, assim como o seu acesso a políticas e serviços públicos de que necessitem. Ao pensarmos na realidade de grávidas negras é preciso atentar para o fato de que gestações se dão em diferentes contextos e neles podem haver situações que vulnerabilizam a mãe e a criança. É preciso alertar para as particularidades de saúde física e mental da mãe e do bebê negros, bem como para a ocorrência de violências marcadas pelo viés racial no parto, como a anemia falciforme e a violência obstétrica.

Considerando o alto índice de famílias chefiadas por mulheres apresentado no capítulo anterior deste caderno, as mulheres cujas famílias são atendidas pelo Programa Bolsa Família também se apresentam como um público estratégico para a implementação de práticas antirracistas. É preciso apoiar essas mães a criar suas próprias redes de apoio, a quem elas podem pedir ajuda dentro da família, na comunidade, na assistência social, na segurança pública e na saúde.

Para os casos em que a figura paterna da criança negra exista, é importante ressaltá-la como essencial





para o cuidado, para a redução da sobrecarga que as mulheres têm e das inúmeras cobranças que elas sofrem nos diferentes lugares, seja no trabalho, na família, nos espaços de saúde e até em ambientes de proteção como CRAS, CREAS e conselhos tutelares.

Na perspectiva da prevenção, da proteção e da promoção do desenvolvimento da criança negra na primeira infância, as visitas domiciliares são importantes estratégias adotadas. Ações que possuam metodologia específica, organizadas a partir de orientações técnicas, para atenção e apoio à família, podem promover o fortalecimento de vínculos e o estímulo ao desenvolvimento infantil. Com isso, é possível adotar metodologias específicas para o atendimento de famílias negras, combinado com um diagnóstico local.

É importante que as famílias não se sintam fiscalizadas durante as visitas, mas que a equipe se apresente como uma apoiadora do desenvolvimento das competências de cuidado e proteção dos cuidadores. Dessa forma, a confiança da família no programa e na equipe pode ser construída com postura acolhedora, comunicação clara, fácil entendimento, gestos e atitudes respeitadas ao longo das visitas domiciliares.

Também é importante ressaltar que pobreza não está associada diretamente à falta de cuidado e proteção. Pelo contrário, muitas famílias em situações de

pobreza ou pobreza extrema possuem estratégias de cuidado que poderão inspirar os profissionais da rede de proteção de crianças e adolescentes. Empoderar e valorizar essas práticas são muito importantes para que estas famílias se sintam confiantes e ativas nas práticas de cuidado.

As visitas domiciliares também se mostram como potentes metodologias para apoiar na proteção de crianças pequenas e oportunizar o acesso da relação da família com a rede de proteção de crianças e adolescentes. Crianças vítimas de violência sinalizam de diversas maneiras que estão vivenciando situações de maus-tratos, violência física ou sexual, quase sempre de forma não verbal. Entender as particularidades sofridas por crianças negras — as mais atingidas de acordo com as estatísticas — é muito importante para qualificar as ações preventivas, a identificação de casos, o atendimento e o encaminhamento dos mesmos.

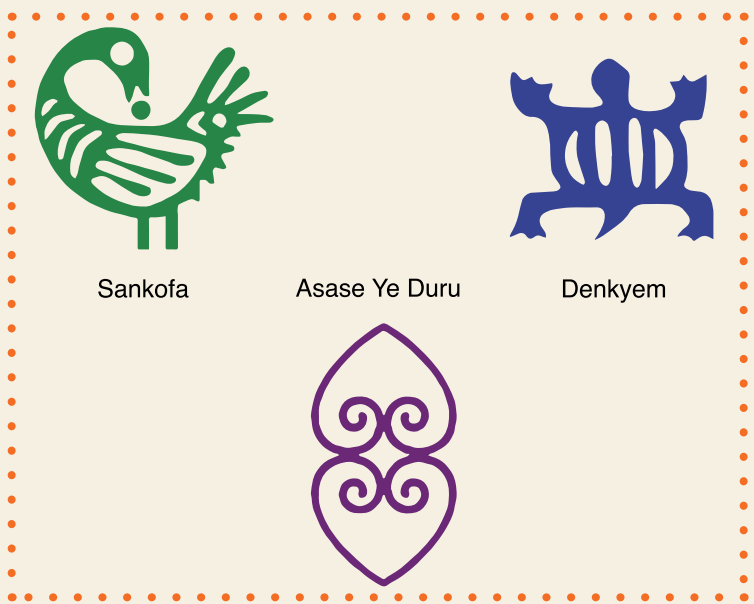
Já nas atividades realizadas no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos (SCFV – 0-6), refletir sobre temas como a importância da parentalidade positiva e a comunicação não violenta são formas de se relacionar com as crianças negras, considerando não só o comportamento delas, mas também o que elas estão vivenciando e sentindo. Aliás, este é um espaço privilegiado para abordar as

questões raciais e o próprio racismo com as famílias. Debates sobre situações cotidianas, enfrentadas por meninos e meninas negras na escola e na sociedade como um todo, podem auxiliar no empoderamento e na saúde mental destas crianças.

Sendo a criança na primeira infância um sujeito que está conhecendo e aprendendo sobre si e sobre o contexto que lhe atravessa, o reconhecimento da identidade negra em diferentes atividades possui um papel crucial para a compreensão de que sua história e seus referenciais são fundamentais no desenvolvimento intelectual e social do nosso país. Utilizar recursos musicais e audiovisuais, presentes no cotidiano destas famílias, durante as visitas domiciliares ou na facilitação de encontros em grupo, por exemplo, é uma abordagem muito exitosa. Uma vez que, crianças tomam referenciais culturais como parte inerente dos seus gostos e dos seus afetos, utilizar aspectos da cultura local nas atividades propostas reforça a identificação, a autoestima e a representatividade.

Outra sugestão para trabalhar referenciais ancestrais, em atividades de atendimento de crianças na primeira infância e familiares, é o resgate de valores africanos, ainda pouco conhecidos no Brasil. Os “Adinkras”, por exemplo, são uma tecnologia ancestral africana, ideo-

gramas que expressam valores tradicionais, ideias filosóficas, códigos de conduta e normas sociais. Sugerimos aqui a reflexão com os grupos sobre três deles: Sankofa, Asase Ye Duru e Denkyem.



Sankofa: O trabalho desse conceito com as crianças pode estar associado à ideia de que elas possuem um passado e que há um legado a ser observado. É preciso reconhecer as pessoas que já estiveram nesse mundo e que, de alguma maneira, lutaram para que as crianças negras de hoje usufruam de direitos (estudar, família, proteção, etc.). Podemos resgatar com eles os seus parentes e/ou pessoas de suas memórias afetivas ou, ainda, pesquisar, conjuntamente, grandes personalidades negras brasileiras, de diferentes campos do conhecimento.





Asase Ye Duru: O trabalho dessa ideia junto às crianças é de potencializar o respeito à terra e ao cultivo de que tudo nela dá. Ao refletir sobre sua relação com a terra, a criança pode compreender que ambos se relacionam e precisam ser cuidados, a terra enquanto o grande espaço que tudo nasce e que tudo a ela retorna, a criança como agente transformador de tudo isso.

Denkyem: Símbolo do Crocodilo, representando a adaptação e a prudência. Refletir com as crianças sobre como essa concepção é fundamental para o entendimento das mesmas em se relacionar com a ideia de tempo. É preciso cautela para as nossas ações e, muitas vezes, nos adaptarmos ao que foi esperado em relação a algo.

Esses conceitos africanos são potentes instrumentos que geram, não somente na primeira infância, mas uma expansão cognitiva que facilmente pode ser articulada na prática cotidiana, tanto do profissional que está sendo atravessado pela ideia, como também no fortalecimento de vínculos familiares.

Combater o racismo é uma luta que se constrói diariamente, e sua prática envolve diversas forças que, no ambiente da assistência social, podem proteger e promover a equidade desde a primeira infância.

Sobre o UNICEF:

Desde 1950, o UNICEF vem apoiando as mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no Brasil. Nas últimas décadas, o Brasil promoveu um forte processo de inclusão de crianças e adolescentes nas políticas públicas. Entretanto, uma significativa parcela da população continua excluída. Por isso, o UNICEF concentra seus esforços nas meninas e meninos mais excluídos, vulneráveis e vítimas de formas extremas de violência.

Sobre o Instituto Promundo:

O Promundo é uma organização brasileira, sem vínculos institucionais com outras organizações estrangeiras, e trabalha para promover a igualdade de gênero e prevenir violência envolvendo homens e meninos em parceria com mulheres e meninas. Para isso, desenvolvemos no Brasil e em vários países programas, campanhas e esforços de advocacy em temas como paternidade e cuidado, justiça econômica, prevenção à violência, conflito e segurança, jovens e equidade.

